

Internacionalização, intercâmbio acadêmico e relações de acolhimento nas dimensões singular e coletiva

Internationalization, academic exchange, and welcoming relationships in the singular and collective dimensions

Internacionalización, intercambio académico y relaciones de acogida en las dimensiones singular y colectiva

Fabiola Carla Sartori ¹

Marcia Maria Cappellano dos Santos ²

Resumo: O presente artigo, de teor ensaístico, considera a importância da proposição de estudos científicos tendo por objeto relações de acolhimento de intercambistas acadêmicos estrangeiros, para cuja argumentação convergem o contexto histórico das mobilidades internacionais e interações humano-sociais entre acolhedor e acolhido aí implicadas. Assim, no percurso reflexivo, Internacionalização, Intercâmbio acadêmico e relações de acolhimento nas dimensões singular e coletiva instituem-se como tópicos textuais centrais, o último assumindo o caráter de foco analítico dos dois outros e encerrando a relevância que a ele é conferida ao ser abordada essa temática. Tem-se aí o suposto de que as concepções teóricas constitutivas dos marcos conceituais de hospitalidade/acolhimento evocadas, pelas quais se pauta a racionalidade tecida no desenvolvimento dos processos analítico-descritivos, permitem que se as tomem como um referente de sustentação à proposição de que a forma como se efetiva a dialética de demandas e disposições de sujeitos em relação a socio dinâmica do acolhimento, repercute na significação dada à experiência de intercâmbio, na consecução de expectativas e nas marcas mnêmicas impressas durante a estada do estudante e após seu retorno – o que abre espaço a diferentes e oportunos projetos investigativos.

Palavras-Chave: Hospitalidade/Acolhimento; Internacionalização; Mobilidade acadêmica; Acolhimento institucional.

Abstract: This essay article considers the importance of proposing scientific studies having as object relations of reception of foreign academic exchanges, whose argument converges the historical context of international mobility and human-social interactions between the host and the guest involved. Thus, in the reflexive course, internationalization, academic exchange and host relations in the singular and collective dimensions are established as central textual topics, the latter assuming the character of analytical focus of the two others and closing the relevance that it is conferred to being approach. It is assumed that the theoretical conceptions constituting the conceptual frameworks of hospitality / welcoming evoked, by which the rationality woven in the development of the analytic-descriptive processes, allows them to be taken as a reference of sustentation to the proposition that the way in which the dialectic of demands and dispositions of subjects in relation in the sociodynamics of the reception takes effect, has repercussions on the meaning given to the experience of exchange, on the achievement of expectations and on the memory marks imprinted during the stay of the student and after his return - which opens up space for different and timely investigative projects.

Key words: Hospitality/Reception; Internationalization; Academic mobility; Institutional hosting.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade na Universidade de Caxias do Sul (UCS). Coordenadora do Programa UCS Internacional. E-mail: fcsartor@ucs.br..

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Docente, pesquisadora e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul (UCS). E-mail: mcsantos@ucs.br.

Resumen: Este artículo, de tenor ensayístico, considera la importancia de la proposición de estudios científicos teniendo por objeto relaciones de acogida de intercambistas académicos extranjeros, para cuya argumentación convergen el contexto histórico de las movilidades internacionales e interacciones humano-sociales entre acogedor y acogido allí implicadas. De esa forma, en el camino reflexivo, Internacionalización, Intercambio académico y relaciones de acogida en las dimensiones singular y colectiva se instituyen como tópicos textuales centrales, el último asumiendo el carácter de foco analítico de los otros dos y culminando la relevancia que le es atribuida al ser abordada esa temática. Se supone que las concepciones teóricas constitutivas de los marcos conceptuales de hospitalidad/acogida evocadas, por las cuales se pauta la racionalidad entretejida en el desarrollo de los procesos analítico-descriptivos, permiten que se las tome como un referente de sustentación a la proposición de que la forma como se efectiva la dialéctica de demandas y disposiciones de sujetos en relación en la sociodinámica de la acogida, repercute en la significación dada a la experiencia de intercambio, en la consecución de expectativas y en las marcas mnémicas imprimidas durante la estadía del estudiante y después de su retorno – lo que abre espacio para diferentes y oportunos proyectos investigativos.

Palabras clave: Hospitalidad/Acogida; internacionalización; Movilidad académica; Acogida institucional.

1 Introdução

Acontecimentos marcantes nas últimas décadas, como a queda do Muro de Berlim, a divisão da União Soviética, da Iugoslávia e da Tchecoslováquia, assim como o fim da Guerra Fria, vêm associados à emergência do fenômeno que se tem denominado globalização, o qual se institui na e pela confluência de transformações econômicas, políticas, sociais, culturais, institucionais, organizacionais e tecnológicas. Ianni (2002) considera que a globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Trata-se de um processo que atingiu grandes proporções, abarcando “[...] nações, nacionalidades, delimitação de fronteiras, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações” (IANNI, 2002, p. 11). Ainda segundo o autor, empresas e governos têm modificado suas formas de operação e subsistência, implicando novas relações de trabalho e fomentando fluxos migratórios em todas as direções, os quais, reportando a Castells (2002), passaram a integrar o mundo em redes globais de instrumentalidade.

Em poucas décadas, muitos países em desenvolvimento aderiram ao fenômeno da globalização. Na década de 1990, o Brasil ingressou de forma direta NESSE processo, com abertura para o mercado externo e para as privatizações, impactando a sua economia. Nesse contexto, as instituições nacionais, diante da ruptura com o sistema antigo, e com o advento da globalização, necessitaram estabelecer novas estratégias, novas políticas para a sua competitividade para sua sobrevivência, visando a sustentação/conservação ou até mesmo a ampliação de seus mercados de atuação.

Outro passo fundamental para o fortalecimento da globalização resulta da denominada sociedade da informação ou sociedade do conhecimento. Consiste em uma sociedade em que as tecnologias digitais somadas a estruturas computacionais e às redes configuraram uma nova revolução tecnológica, passando a assumir crescente e indelével papel essencial na estruturação, organização e dinâmica da sociedade em nível mundial. Tomando-se por referência a análise de Santos (2009, p. 96), pode-se afirmar que, para além da dimensão econômica, “[...] o espaço mundial está sendo recriado, a todo momento, por formas de agrupamento e reagrupamento das forças sociais”. Tais repercussões e respectivos desdobramentos em cenários vivenciados e prospectados, estariam sintetizados na publicação Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde (2000). Ali, são apontados diferentes aspectos, como os de ordem econômica, política, social e cultural. Somam-se a esses aspectos a valorização de vocações e potencialidades regionais na interface com o global, o conhecimento - ou o capital intelectual, entendido como riqueza das nações - e, também, a educação continuada, essencial e imprescindível para a adaptação e o enfrentamento de novos desafios em um mundo em permanentes e rápidas mudanças. Nessa direção, Rifkin (2001, p. 4) enfatiza o capital intelectual como força propulsora do que denomina “era do acesso”, na qual “A riqueza já não é mais investida no capital físico, mas na imaginação e na criatividade humana”.

Nesse contexto, tem-se que a sociedade da informação ou do conhecimento, com sua influência no campo econômico, social, cultural ou educacional, trouxe novas exigências aos processos formativos, tanto no âmbito dos aprendentes, quanto no dos difusores de conhecimento.

Assim, é lançado às universidades o desafio de acompanhar o cenário mundial, estabelecendo e implementando políticas, programas, metas e ações na direção de inserir-se nessa nova conjuntura.

2 A internacionalização das Universidades

Uma observação inicial faz-se oportuna considerando inter-relações de sentido atribuídas aos termos “globalização” e “internacionalização”, como também divergências ou desdobramentos de interpretação do termo “internacionalização” dada por estudiosos da área, nacionais e estrangeiros.

Knight (2012, não paginado) identifica uma reciprocidade relacional entre globalização e internacionalização, uma vez que, segundo o autor, aquela

[...] tem seu foco no fluxo mundial de ideias, recursos, pessoas, economias, valores, culturas, conhecimento, bens, serviços e tecnologias. A internacionalização enfatiza o relacionamento entre as nações, povos, culturas, instituições e sistemas. A pauta de competitividade e comércio, por exemplo, frequentemente associada à globalização, teve um grande impacto no desenvolvimento do ensino transfronteiras. Por sua vez, o crescimento desse ensino e sua inclusão nos acordos comerciais bilaterais e regionais fortaleceram a globalização.

Para Altbach e Knight (2007), a internacionalização inclui políticas e práticas realizadas por sistemas ou instituições acadêmicas – e até mesmo por indivíduos -, lidando com o ambiente acadêmico global. De acordo com os pesquisadores, as motivações para a internacionalização incluem, entre outras, vantagens comerciais, aquisição de uma outra língua, qualificação do currículo com conteúdo internacional. Knight (2012, não paginado) destaca que se deve compreender a internacionalização “[...] como um meio para se atingir um objetivo e não como uma finalidade em si mesma”. Isso “[...] garante que a dimensão internacional seja integrada de maneira sustentável às principais funções do ensino e do aprendizado no ensino superior, da pesquisa e da produção do conhecimento, melhor servindo à comunidade e à sociedade” (KNIGHT, 2012, não paginado). Nessa direção, Altbach e Knight (2007, p. 293, tradução nossa) entendem que a internacionalização possibilita benefícios diversos, como o prestígio e a formação de alianças estratégicas, pois segundo as autoras “A internacionalização tradicional raramente é uma atividade lucrativa, embora possa aumentar a competitividade, o prestígio e as alianças estratégicas da faculdade”.

Também Gacel-Ávila (2005), considerando demandas e desafios a serem, respectivamente, atendidas e enfrentados na sociedade global, atribuem importante papel à internacionalização da educação por seu caráter inovador.

Sob outra perspectiva, Lima e Maranhão (2009), na leitura analítica que fazem do processo de mobilidade estudantil, trazem à reflexão as dimensões ativa e passiva na definição do conceito de internacionalização, tendo em conta seu possível caráter hegemônico ou anti-hegemônico. Contel e Lima (2007), reforçam a constatação de que, se facilitados os contatos interculturais, estes guardam a marca da polarização global, não havendo um fluxo de mão dupla,

de sorte que a internacionalização do ensino superior se mostra mais corporativa do que republicana nesse sentido.

Marrara (2007, p. 248), por sua vez, reconhece duas naturezas distintas no processo de internacionalização, sendo uma meramente institucional (de acordo com a qual a instituição visa obter o reconhecimento internacional, tornando-se uma referência); e, outra, predominantemente acadêmica, precedida da adoção de políticas que visem “[...] contribuir com o desenvolvimento da educação e da ciência, através da colaboração e a troca de experiências com agentes estrangeiros”.

De outra parte, como ressalta Altbach (2009), com o advento da massificação do ensino superior, a demanda por vagas vem aumentando, mesmo em países tais como Índia, China e em grande parte da África, cujas matrículas nesse nível não atingem os 20% da população na faixa etária para ingresso no ensino superior. Dessa forma, abre-se espaço para que instituições, particularmente as privadas, venham a atender a essa demanda. O acesso ao ensino superior pode assumir diferentes formas adaptadas à realidade e às necessidades locais, com abertura de filiais ou franquias, ou estabelecendo parcerias para inserção em programas acadêmicos de extensão, graduação e pós-graduação – e, mais raramente, incluindo a dupla diplomação. No entanto, Altbach (2009) chama atenção sobre o desafio de garantia de qualidade dessas ações e de reconhecimento formal e legal de disciplinas, créditos, diplomas, entre outros quesitos acadêmicos. Knight (2012) também traz em questão ameaças à qualidade do ensino eventualmente decorrentes da “comercialização” de programas e diplomas entre diferentes países.

Castro e Cabral Neto (2012), tendo por foco a internacionalização e a mobilidade estudantil em instituições na América Latina e também no Brasil, destacam a inserção periférica dos países nesse processo, com baixa recepção e elevado envio de estudantes para outras regiões do mundo.

Mais especificamente no âmbito nacional, o Brasil vem acompanhando esse cenário com as instituições de ensino superior atribuindo-se o desafio constante de, criativamente, encontrar estratégias de internacionalização a fim de atender à necessidade de inserção do país na sociedade global do conhecimento, instituindo-se como rota de destino para a recepção de estudantes, professores e pesquisadores estrangeiros – processo esse cuja importância é ressaltada por

Castells (2001) indo ao encontro de Morosini (2008) que já identificara a tendência de crescimento das ações de internacionalização do ensino superior no Brasil.

Freire Júnior (2015), em seu texto para a Revista Unespciência sobre internacionalização de instituições de ensino superior no Brasil, afirma que, apesar de reconhecida como importante dimensão da educação superior, o verdadeiro significado da internacionalização ainda não está suficiente e adequadamente compreendido. Contudo, esse novo cenário resultou na implementação de ações respaldadas pela assinatura de acordos de cooperação com universidades do exterior, ações essas que definem modalidades diversificadas, com significativa incidência da mobilidade estudantil. Igualmente já se verifica o desenvolvimento de pesquisas conjuntas envolvendo diferentes países e continentes e, mais recentemente, a internacionalização do currículo, fomentando a presença de professores estrangeiros em aula, o compartilhamento interinstitucional de componentes curriculares em cursos de graduação e pós-graduação.

No âmbito da gestão pública, o Governo Federal, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – órgão do Ministério da Educação e Cultura (MEC) – e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – agência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), gerencia programas de incentivo às ações de internacionalização, a fim de acompanhar tal expansão.

Como parte do planejamento estratégico do governo, nos anos 2015, 2016 e 2017 destacou-se o Programa Ciências sem Fronteiras – CsF, *Science without Borders* – com foco na mobilidade de saída de alunos brasileiros de graduação, sendo priorizadas as áreas de engenharia, tecnologia e informática.

A internacionalização também é um dos temas centrais do Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020. Por meio da Portaria nº 106 CAPES/MEC de 17 de julho de 2012, foi constituída a Comissão Nacional Especial para acompanhar a implantação do Plano e coordenar a elaboração da Agenda Nacional de Pesquisa.

Mais recentemente, com o intuito de reconhecer e incentivar a ampliação da internacionalização das universidades brasileiras, a CAPES implantou o Programa Institucional de Internacionalização – PRINT, cujo objetivo é

Fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização das instituições contempladas nas áreas do conhecimento por elas

priorizadas; Estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação; Ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação das instituições contempladas; Promover a mobilidade de docentes e discentes, com ênfase em doutorandos, pós-doutorandos e docentes para o exterior e do exterior para o Brasil, vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu com cooperação internacional; Fomentar a transformação das instituições participantes em um ambiente internacional; e Integrar outras ações de fomento da Capes ao esforço de internacionalização. (CAPES, 2017, não paginado)

Ações como participação em eventos, em redes e projetos internacionais, além de parcerias bilaterais proporcionam o surgimento de novas matrizes curriculares e a possibilidade de diversas formas de mobilidade entre estudantes, professores, gestores e pesquisadores.

3 A mobilidade acadêmica na sociedade global

A mobilidade acadêmica, vale lembrar, não é prerrogativa dos tempos atuais. No artigo *Internationalisation of higher education: European Experiences*, Teichler (2009) chama a atenção para o fato de que a mobilidade física, principalmente feita por estudantes – e ocasionalmente por membros acadêmicos e administrativos -, é obviamente, a ação internacional mais visível, sendo considerado o carro-chefe das instituições que desejam inserir-se nos programas de intercâmbio acadêmico que integram o processo de internacionalização. Teichler (2009) destaca ainda que a internacionalização do ensino superior já centralizava debates na década de 1990, quando especialistas da área concordavam que o grande condutor para alavancar o processo seria o sucesso do programa ERASMUS – *European Action Scheme for the Mobility of University Students*.

Trata-se de um programa difundido na Europa desde a década de 1970 e fomentado pela União Europeia, que apoia a formação de parcerias bilaterais transnacionais entre instituições e organizações de ensino superior da Europa, visando sobretudo assegurar que ao menos 10% dos estudantes possam ter a oportunidade de realizar uma experiência acadêmica em instituição estrangeira, com uma bolsa de estudos, em um dos países membros.

O “Processo de Bolonha”, importante documento intergovernamental assinado por 29 ministros da Educação europeus em 1999, resultou na constituição, em março de 2010, do Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES). O principal objetivo do EEES foi estabelecer um ambiente compreensível, competitivo e atrativo tanto para os estudantes europeus, quanto para os

provenientes de outros continentes, impulsionando a mobilidade entre discentes, docentes, pesquisadores e pessoal administrativo de diversas universidades. Para tal, foram adotadas ações de ordem prática, como, por exemplo, a padronização do sistema de transferência de créditos europeu – ECTS. Santos e Almeida Filho (2008) reiteram que o Processo de Bolonha, por meio da criação do EEES, compreende um programa de incentivo à mobilidade acadêmica internacional, um sistema de avaliação e credenciamento de instituições de ensino, a padronização e o compartilhamento de créditos acadêmicos e, sobretudo, a adoção de uma arquitetura curricular comum. Para Altbach e Knight (2007, p. 293, tradução nossa), tem-se “[...] uma ação expandida de integração, a qual harmoniza os sistemas acadêmicos europeus para garantir estruturas compatíveis nas grades da graduação”, possibilitando a transferência de créditos entre as instituições com sistemas de qualificação (avaliação) acadêmica similares em toda a União Europeia.

Se essas informações falam da historicidade da mobilidade acadêmica, também o fazem de forma contundente dados da UNESCO (2018), segundo os quais esse processo vem acumulando uma curva ascendente de crescimento: 800 mil estudantes em mobilidade pelo mundo registrados em 1975; 2 milhões em 2000 e 4,1 milhões em 2013.

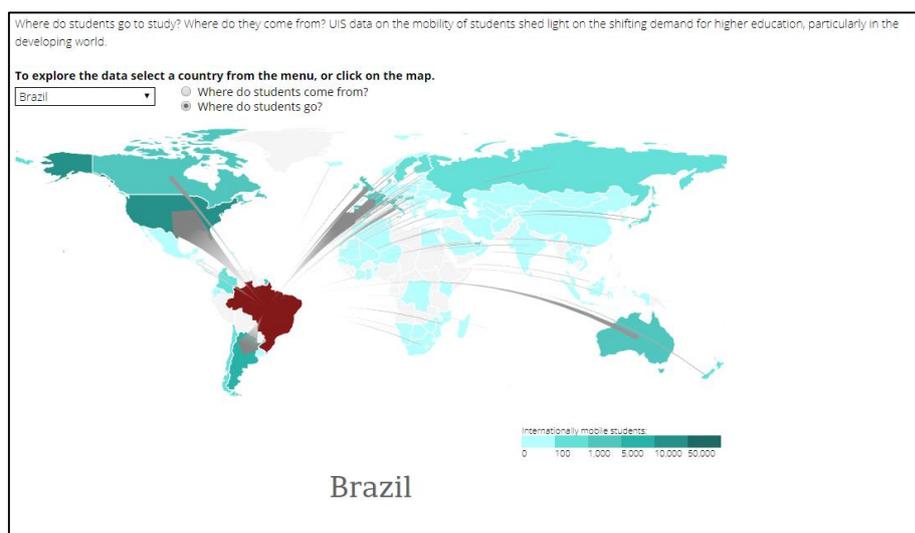
Nos termos de Manuel Heitor (2013, informação verbal)³, “[...] o fenômeno é resultado da democratização do acesso ao conhecimento, sobretudo na Ásia e na América Latina”. Ainda segundo dados do Instituto de Estatísticas da UNESCO (2018), a China tem o maior número de estudantes fora de seu país: 421.100 no total. Historicamente são os Estados Unidos e a Inglaterra os países que mais recebem intercambistas. Em 1999, os Estados Unidos receberam um a cada quatro jovens que estavam estudando no exterior. Em 2007, esse número decresceu para um entre cinco e, nos anos subsequentes, retomou o crescimento. Por outro lado, o mesmo documento aponta que está cada vez mais diversificada a escolha de destinos, destacando-se entre eles países como Austrália, Canadá, França, Itália, Japão e África do Sul. Mais recentemente, entre os novos

³ Informação fornecida pelo professor Manuel Heitor, da Universidade de Lisboa, em palestra intitulada “As Relações Governo-Universidade-Empresas em uma nova era de relações internacionais: impacto para a realização do ensino superior”, realizada no dia 12 mar. 2013, na Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

favoritos destinos para os alunos chineses estão a República da Coreia e a Nova Zelândia. Instituições localizadas em países em desenvolvimento vêm intensificando a busca por diferenciais educacionais e culturais que lhes permitam competir de modo mais efetivo por uma parcela do capital intelectual dos estudantes em mobilidade e, também, pela receita que isso possa representar.

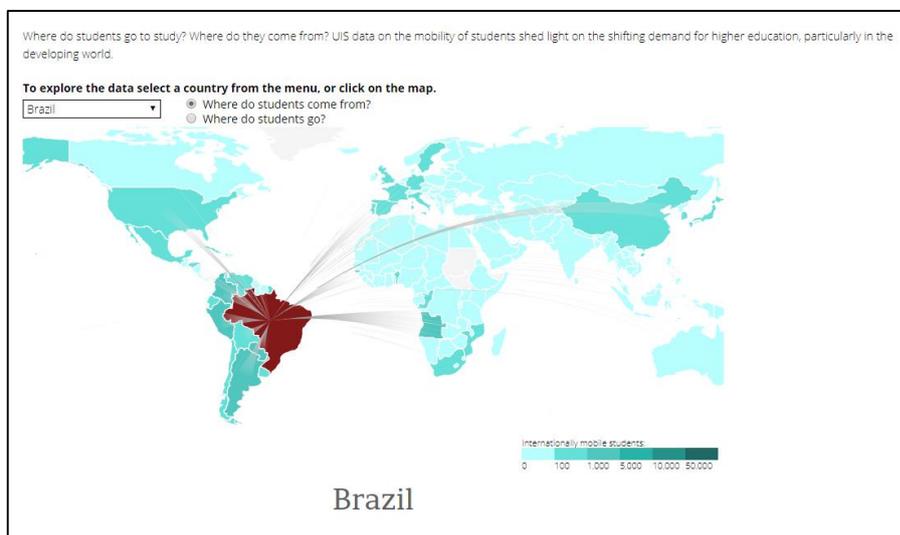
Com referência ao Brasil, nos últimos anos, as universidades têm recebido estudantes prioritariamente de países africanos e sul-americanos. Em 2016, o país recebeu mais de 15 mil alunos provenientes, em sua maioria, de países falantes de língua portuguesa do continente africano e também de países sul-americanos, observada a seguinte ordem: Angola, Guiné-Bissau, Argentina, Paraguai e Cabo Verde. Os estudos apontam, também, para o fato de que uma parcela da população em mobilidade está avaliando a proximidade de seus lares como fator de decisão de destino, fazendo assim com que se criem novos polos regionais de estudos. A mobilidade de saída concentra-se nos seguintes destinos preferenciais, em ordem decrescente de número de alunos brasileiros no exterior: Estados Unidos da América, Argentina, Portugal França, Reino Unido, Austrália, Canadá, Espanha e Itália, respectivamente. A Figura 1 e a Figura 2 ilustram sinteticamente esses dados.

Figura 1 – Fluxo global da mobilidade de nível superior – saída de estudantes/Brasil



Fonte: Unesco (2018)

Figura 2 – Fluxo global da mobilidade de nível superior – entrada de estudantes/Brasil



Fonte: Unesco (2018).

4 Interações culturais e humano-sociais no acolhimento de intercambistas estrangeiros

Como é possível constatar, sob a ótica a partir da qual a mobilidade acadêmica foi até aqui prioritariamente abordada, tem sido possível qualificar como positiva a resposta a políticas de estímulo à internacionalização das instituições de ensino superior, ao serem considerados os números apresentados, neste trabalho, aqueles relativos particularmente ao intercâmbio de graduandos e pós-graduandos – o que, no contexto brasileiro, é reiterado pela conclusão da Comissão Nacional Especial para acompanhar a implantação do PNPG 2011-2020, para quem a temática da internacionalização tem evoluído acima das expectativas e mantém coerência com as diretrizes do Plano.

A dimensão que assumiu a mobilidade acadêmica no quadro da internacionalização tem sido, portanto, objeto de diferentes estudos científicos, que a perspectivam sob diferentes e/ou conjugados critérios e correspondentes processos metodológicos. A título ilustrativo, tem-se: interculturalidade e qualidade do suporte institucional (LUCE, FAGUNDES e MEDIEL, 2016); motivações, dificuldades e desafios de intercambistas *incoming* ou *outgoing* (PEREIRA; HEINZLE; PINTO, 2017); implicações estruturais e pedagógicas decorrentes do contexto multicultural e plurilinguístico (NÓBREGA, 2014); experiências de internacionalização em universidades (GUIMARÃES, 2013).

No entanto, para além desses e dos números, outras perspectivas analíticas merecem a atenção, porquanto a mobilidade acadêmica também se insere na conjunção de uma nova lógica de mobilidade no contexto da pós-modernidade, na qual a um novo sujeito se apresenta um novo horizonte existencial de sociedade. Demarcações territoriais políticas e físicas diluem-se nos processos de (des) (re)territorialização simbólica; o presente é priorizado e, no passado, se ancoram imaginários sociais. Poder-se-ia falar, apropriando-se da proposição teórica de Mafessoli (2001), de um horizonte divisado por/em um novo nomadismo, que encerra marcas do acesso à internet, das redes sociais, de objetos móveis como *laptops*, *tablets*, celulares, os quais se integram à mobilidade física, redesenhando e ressignificando imaginários, experiências, opacificando a relação sujeito-objeto (UCS, 2011), ou, como afirma Burch (2005), com os dois âmbitos se transformando mutuamente. Lembre-se de que à história das tecnologias condicionando a do pensamento já se referira Lévy (1993), ainda que sob outro viés reflexivo. À semelhança do que ocorreu em outros momentos passados, as tecnologias intelectuais vêm sempre acompanhadas por modificações nas normas do saber, afirma o filósofo e sociólogo. Assim é que a própria mobilidade física tem hoje seu início na navegação virtual, desde a busca de informações sobre a instituição de destino (tipos, número e qualidade dos cursos; local em que se situa; facilidades de acesso; recursos ou ferramentas tecnológicas que disponibiliza, entre outros aspectos), as quais influenciam no processo de escolha. Ademais, as possibilidades de conectividade *on-line* que os artefatos tecnológicos pessoais e institucionais permitem antecipar deslizam para o imaginário das experiências expectadas, tonalizando, posteriormente, as vivências na instituição ou no local de destino.

Face a esse quadro, a viagem entendida como ato de ir de um lugar a outro, ação que faz parte da mobilidade no mundo contemporâneo, configura-se como um “[...] *continuum*, não podendo nem devendo ser vista como algo estanque no espaço e no tempo” (UCS, 2011, p.13-14), na medida em que, nesse cenário propício a travessias, identidades e semelhanças, lado a lado, se multiplicam “[...], na mesma proporção em que se diversificam experiências e existências, intercâmbios culturais e formas de organização social da vida, modos de trabalhar, agir, sentir, pensar, imaginar” (IANNI, 2002, p. 96). Ou ainda, retomando palavras do autor, travessias em que “[...] formas de vida e de trabalho, imaginários e visões do mundo diferentes, às vezes radicalmente diversos, encontram-se, tensionam-se, subordinam-se, recriam-se” (IANNI, 2002, p. 25). Reportando à polissemia da noção de cultura, como o fazem Silva,

Camargo e Bueno (2014) e sua menção a Newton Cunha (2010), poder-se-iam, entre outras, aí entrever dialetizações culturais aneladas a princípios e práticas resultantes de interlocuções entre estruturas, *habitus* e práticas (nos termos de Bourdieu), ou, sob outra perspectiva, também dialetizações culturais afetas a manifestações com origem na língua, cujas variações são dadas por comportamentos sociais ou hábitos do cotidiano.

Assim, nesse universo de vínculos intrínsecos entre mesmidade e alteridade, institui-se terreno no qual se faz possível, quer nutrir a seiva das raízes sustentadoras das relações de hospitalidade/acolhimento, quer, contrariamente, debilitá-las e até mesmo, no extremo, ressecá-las, dando lugar, com diferentes níveis de surdez relacional, à germinação de relações de inospitalidade ou de hostilidade.

Quando levadas ao contexto educacional e, no presente estudo, ao ensino superior, faz-se imperioso refletir sobre repercussões de cunho pessoal e institucional das relações de hospitalidade/acolhimento – ou de seus contrários –, uma vez que aí estão em jogo fontes estruturantes essenciais para a constituição do sujeito como sujeito social em interface com a dimensão ética dos processos formativos educacionais.

Eis a razão de buscar melhor compreender essas relações, o que pressupõe primariamente apoio de referenciais conceituais no amplo espectro teórico da hospitalidade – ou do acolhimento, os quais refletem perspectivas interpretativas diversas do fenômeno. No escopo deste trabalho, estas são sintética e panoramicamente apontadas pela via de algumas contribuições filosóficas, socio e psicoantropológicas.

Chama-se aqui a leitura kantiana da hospitalidade. O filósofo, em Lições de Ética (KANT, 2002) e A Metafísica dos Costumes (KANT, 2003), concebe-a como um dever moral, realização de um imperativo categórico marcado pelo respeito à pessoa, pelo compromisso do sujeito para com os sujeitos, isto é, como um modo de vida ético que pressupõe também deveres de afabilidade, afetividade, o exercício de virtudes.

Da mesma forma, vale reportar-se a Lévinas (2015), para quem o princípio da hospitalidade é condição de vínculo social, pois que a realização do eu requer o encontro com o outro, encontro que assume a função libertadora do próprio eu. Para Isabel Baptista (2017, p. 130, grifo da autora, tradução nossa), na linha de pensamento levinasiana, “[...] o verdadeiro *outro* é, efetivamente, a outra pessoa, alguém igualmente capaz de vida interior, o que equivale a dizer, alguém capaz de possuir subjetivamente o mundo, de o representar e de o comunicar”.

Daí decorre o que a autora refere em outro de seus textos, isto é, a casa aberta simbolizando a hospitalidade; casa exposta ao outro, exposição que implica a aventura de total abertura a esse outro e, ao mesmo tempo, a transformação de si: “[...] quando outra pessoa entra no universo da nossa mesmidade, nada poderá voltar a ser como antes”, reforça Baptista (2005, p. 15-16). E acrescenta Noguero (2013, p. 171, tradução nossa), ao reportar-se a Levinas: “[...] quando a casa é acolhedora, ela adquire a significação de morada”, permitindo o recolhimento e a intimidade, e “[...] toda intimidade necessita e requer um receber”.

A ideia de casa acolhedora também conduz ao pensamento de Jacques Derrida. Diz o filósofo: “[...] para constituir o espaço de uma casa habitável e um lar, é preciso também uma abertura, uma porta e janelas, é preciso dar passagem ao estrangeiro. Não existe casa ou interioridade sem porta e sem janelas” (DUFOURMANTELLE, 2003, p. 53-55). A proposição filosófica de Derrida, para quem a hospitalidade é o princípio da ética, alarga o campo de interpretação do fenômeno, introduzindo a ideia de incondicionalidade na aceitação do outro, na sua singularidade, sem imposições *a priori*. Não há que se lhe impor o espaço, a cultura do acolhedor. A ideia de acolhimento irrestrito alarga assim o entendimento da dinâmica e do conceito de acolhimento.

O conjunto das proposições teóricas contemporâneas encerra também a ótica socioantropológica, herdeira da tríade maussiana “dar-receber-retribuir” (MAUSS, 1923-1924/2003). Mesmo temporalmente distante da dinâmica comportamental do sistema de alianças e trocas existente entre os povos estudados por Mauss (1923-1924/2003) – o sistema da Dádiva –, o fio condutor de relações que ali se estabeleciam pode se desprender, deslocar-se e refletir-se em ciclos que ainda hoje, nos dizeres de Santos, Perazzolo e Ferreira (2017), “[...] inovam e fortalecem ligações sociais, relações amistosas e trocas” (p. 87), reeditando a paradoxalidade de ninguém estar livre para não dar, tampouco para não receber ou retribuir, ou seja, a paradoxalidade de práticas ao mesmo tempo “[...] generosas e obrigatórias, marcadas pelo desejo e pelo compromisso” (p. 187). Isso porque, como para aquelas sociedades, no objeto trocado estava/está algo da essência do doador, ensejando a mistura de almas nas coisas e de coisas nas almas (MAUSS, 1923-1924/2003). Para as autoras, na origem do dar estaria assim uma disposição intrínseca para a relação, ou “[...] um apelo para que o outro aceite quem doa e demonstre isso através da aceitação do objeto dado, da gratidão e do desencadeamento do compromisso de retribuir, em algum momento de sua história” (SANTOS; PERAZZOLO, 2017,

p. 90). Nisso haveria a revitalização do ciclo da dádiva, a comunicação da necessidade de ser acolhido, de ser hospedado na vida do outro.

Camargo (2015, p. 46) agrega à leitura da dádiva na hospitalidade a obrigação que vem de leis não escritas, associando-as à percepção de que a hospitalidade designa também um valor.

Pensando no termo, é como se se tratasse quase de um superego a nos mostrar como a relação humana deve funcionar. Se assim não fosse, a palavra hospitaleiro designaria apenas o encontro e não, como ocorre habitualmente, o encontro estimulador do vínculo humano. Hospitalidade não designa aqui apenas todas as formas de encontro entre pessoas. Traz, também, implícita, a opção-obrigação de que ambos [acolhedor e acolhido] se portem adequadamente no encontro. Esta obrigação vem de leis não escritas e daí que, como tal, sua não observância gera alguma forma de hostilidade, ou de “hostipitalidade” (na expressão de Derrida).

Tendo por suposto a ideia de reconhecimento do outro e um olhar de base psicossocioantropológico, Santos, Perazzolo e Pereira (2014) propõem o entendimento de hospitalidade/acolhimento como um fenômeno que aflora no espaço “entre”, no qual dois sujeitos, sejam eles singulares ou coletivos, desejam acolher e ser acolhidos. Segundo as pesquisadoras, ao inaugurar-se a relação de acolhimento, “[...] inaugura-se um projeto dialético em que os desejos são progressivamente modificados, resultando em novas demandas e em novos saberes.” (PERAZZOLO; SANTOS; PEREIRA, 2013, p. 50).

Nesse sentido, na concepção das autoras (2013), pensar o acolhimento significa pensá-lo como fenômeno que sempre envolve dois polos da relação, transcendendo a ideia de que ele possa se instituir apenas na disposição para acolher, tampouco na ação de um de um ou outro polo, ou no produto que dela derive. Portanto, o complexo fenômeno do acolhimento emerge “[...] numa área constituída na intersecção resultante do encontro dinâmico de demandas distintas necessariamente com origem numa perspectiva subjetiva do desejo, orbitado por eventos do acaso”. (PERAZZOLO; SANTOS; PEREIRA, 2013, p. 146). Sob essa leitura, “ambos são protagonistas do acolhimento, na medida em que aprendem e se escutam de forma sensível [re]construindo a realidade e [re]construindo-se mutuamente. Ambos induzem a mudanças internas (sujeito epistêmico-psíquico) e externas.” (PERAZZOLO; SANTOS; PEREIRA, 2013, p. 151).

A dimensão da interação, a experimentação da afetividade, a ocorrência de transformações são, portanto, condição de efetivação do acolhimento genuíno.

Trata-se, portanto, de um fenômeno habitado por uma dupla consciência, e essas consciências se alternam no papel de acolhido e acolhedor, tornando a relação, primariamente dual, composta, também, por dois outros, na medida em que, para que ocorra, cada sujeito deve abdicar de parte importante de suas demandas e acolher o outro dentro de si, abdicando da confortável certeza do saber prévio acerca do desejo de seu interlocutor, por meio do exercício empático. O acolhimento, ou a hospitalidade, nessa perspectiva, seria uma variante das relações humanas, no âmbito da vida cotidiana, potencializadora de aprendizagens para todos os envolvidos. Naturalmente, se a interação não ocorre, prevalecem as demandas autocentradas, e o fenômeno não se constitui. (PERAZZOLO; PEREIRA; SANTOS, 2014, p. 2)

Face, pois, à amplitude do fenômeno de acolher e as variações que lhe são intrínsecas, considerar a natureza das demandas e as características de tempo e espaço aí presentes, mostra-se como uma perspectiva analítica e de compreensão do acolhimento, porquanto estão envolvidos níveis de simetria e sincronia relacionais: aquela, ao ter em conta níveis de igualdade ou desigualdade relativos à necessidade de acolhimento e a condições de trocas geradoras de saberes; esta, ao referir condições de tempo e espaço que cenarizam o fenômeno.

Essa proposição de modelo analítico tipológico, que fazem Perazzolo, Pereira e Santos (2014), permite qualificar o acolhimento como simétrico, assimétrico ou amétrico, ou ainda como sincrônico, pré-sincrônico ou pós-sincrônico.

Segundo as pesquisadoras, na simetria relacional, cujas raízes estão em identificações fraternas, empáticas, de cooperação, não há, *a priori*, dependência ou desequilíbrio de necessidades que precisam ser atendidas, mas um desejo compartilhado de acolher e ser acolhido, de sair de si e aprender. No padrão assimétrico, há desigualdade quanto à necessidade de ser acolhido, interpretado e atendido pelo outro e à disposição desse outro para acolher, no interior de si, aquele que necessita – o que não é impeditivo que ocorram aprendizagens, produto do acolhimento. Na ametria relacional, em que se configura uma pseudorelação, “[...] cada sujeito fala de si e para si, atuando principalmente no sentido de atender suas próprias expectativas, ensurdecendo-se para o outro” (PERAZZOLO; PEREIRA; SANTOS, 2014, p. 7).

Quanto ao nível pré-sincrônico de acolhimento, complementam as autoras, “[...] o sujeito a ser acolhido é pressuposto antes de sua chegada, e o cerne do processo é assentado na expectativa do acolhedor de que o acolhido corresponda à ideia previamente elaborada do sujeito expectado” (PERAZZOLO; PEREIRA; SANTOS, 2014, p. 7). Com referência ao seu contrário, o nível pós-sincrônico, “[...] acolhimento constitui-se a partir de experiências passadas, de novas

concepções relativas ao sujeito (pessoa, grupo, instituição) acolhido, geradas por meio de relações que antecederam o encontro [...]” e que consiste numa “[...] expressão do desenvolvimento da capacidade e da disposição de acolher” (p. 8). Já o acolhimento sincrônico se dá num mesmo tempo e espaço experiencial, em que se destacam as dimensões sensoriais, incluindo o olhar, a expressão corporal, a escuta direta do desejo e de saberes. Como característico do acolhimento sincrônico, é também mencionado o encontro virtual, a considerar que a proximidade se equivalha à da presença física do outro.

Faz-se oportuna a observação de Perazzolo, Pereira e Santos (2014, p. 10) relativamente à possibilidade de alteração de todas as formas de acolhimento

[...] a partir de acasos que rompam com a tendência predominante. Nesse caso, formas de acolhimento que limitam a qualidade dos vínculos relacionais podem ser modificadas, transformando-se em efetivos fenômenos geradores de aprendizagens e mudança.

Por outro lado, ao ter presente que, nestas reflexões, tem-se também em pauta relações institucionais de acolhimento a intercambistas estrangeiros, dois outros referentes teóricos analíticos podem aqui ser trazidos. Primeiramente, considerações de Baptista (2005, p. 21), nas quais enfatiza que, “[...] em todas as esferas do cotidiano, no plano da vida institucional ou na diversidade de territórios de sociabilidade humana, nos locais de trabalho ou de lazer, nos espaços públicos e privados, é preciso instituir linhas de proximidade”, ensejando a transformação de espaços em lugares de pertencimento. “Os lugares precisam ser lugares de ‘alguém’” (BAPTISTA, 2008, p. 6). E, neste caso, esse território de sociabilidade humana são as instituições de educação superior em que se processa a mobilidade acadêmica.

Aflora assim a dimensão coletiva da hospitalidade, e, nesse sentido, o modelo teórico de Corpo Coletivo Acolhedor (CCA), proposto por Santos e Perazzolo (2012, p. 8), com inspiração na confluência da perspectiva psicanalítica e do modelo sistêmico: “[...] corpo que se personifica na representação evocada por seu nome e que dá forma e identidade às comunidades”.

Na proposição há o suposto de que o corpo social de um grupo/comunidade se estrutura a partir da interligação de, pelo menos, três vértices: trocas/serviços; conhecimento/cultura; organismo gestor. O espaço em que o fenômeno do acolhimento e as práticas de hospitalidade se organizam e se desenvolvem numa comunidade, num sistema social, estaria delimitado pelo

traçado dessa triangulação. Para as autoras, os vértices unem coesivamente dimensões fundamentais do tecido social concebido como um sistema, com a ressalva de que

A fragmentação da “totalidade” expressa na triangulação, a segmentação em vértices, foi concebida com vistas a potencializar a análise do fenômeno do acolhimento, mantendo abarcados os elementos tangíveis e intangíveis das organizações sociais. (SANTOS e PERAZZOLO, 2012, p. 9).

O Organismo gestor administraria os recursos disponíveis e aportaria os elementos básicos de infraestrutura de manutenção e de desenvolvimento do corpo social, provendo as condições estruturais e funcionais necessárias à consecução das demandas internas/externas e de suporte a transformações que venham a ocorrer, mantendo o sistema coletivo vivo e capacitado para tolerá-las. O conjunto de serviços atuaria como os membros, as mãos do corpo comunitário, através das quais o microcosmo efetivaria seu sistema de transações diretas, as práticas de dar e receber. Já o terceiro vértice, o Capital Cultural – na analogia com o corpo, o aparelho psíquico, o cérebro – envolveria o conjunto de valores, saberes e os respectivos mecanismos de transmissão, bem como o processo de produção e socialização dos conhecimentos formais e informais apropriados pela comunidade. Aqui está marcada a linha intergeracional que define a ontogênese do corpo social, tonalizado por influências étnicas, geográficas, climáticas, comunicacionais, interativas, entre outros elementos. É a interdependência dos três vértices que assegura a constituição morfológica da soma social, que, se acolhedor, se transforma na relação com o outro.

5 Na direção de considerações finais

Retornando agora ao título que encima este trabalho, encontram-se os três tópicos que se pretendeu pontuar no percurso reflexivo realizado: internacionalização, intercâmbio acadêmico estudantil e relações institucionais de acolhimento, este último assumindo o caráter de foco analítico dos dois outros e encerrando a relevância que a ele é conferida ao ser abordada essa temática. Tem-se aí o suposto de que as concepções teóricas constitutivas dos marcos conceituais da hospitalidade, na sua dimensão singular ou coletiva, ora panoramicamente apresentados, permitem que se as tomem como referente de sustentação à proposição de que a forma como se efetiva a dialética de demandas e disposições de sujeitos em relação na sociodinâmica do

acolhimento, repercute na significação dada à experiência de intercâmbio, na consecução de expectativas e nas marcas mnêmicas impressas durante a estada do intercambista e após seu retorno.

Nesse sentido, emerge, entre múltiplos horizontes de investigação científica e de desdobramentos metodológicos, o de buscar, junto aos próprios intercambistas, sinalizadores da forma e dinâmica de relações de acolhimento, singulares e coletivas, atinentes à sua experiência na e com a instituição/local de destino. De manifestações discursivas poderão emanar vozes expressivas de vivências da relação eu-outro, da “transposição de soleiras”, de escuta, de trocas, de prática das leis não escritas da dádiva, de trânsito pelos níveis de simetria e sincronia no acolhimento, de aprendizagens e transformações cognitivas, afetivas e relacionais, de aquisição de saberes; vozes caracterizadoras de interações possibilitadas no espaço delimitado pela triangulação dos vértices que estruturariam a instituição como um Corpo Coletivo Acolhedor.

Campo aberto para estudos científicos, por essa razão e nessa direção, já se encontra em curso o desenvolvimento de pesquisa de mestrado.

Referências

- ALTBACH, Philip G.; KNIGHT, Jane. The internationalization of higher education: motivations and realities. **Journal of Studies in International Education**, v. 11, n. 3-4, p. 290-305, 2007.
- ALTBACH, Philip G.; REISBERG, Liz; RUMBLEY, Laura E. **Trends in global higher education: tracking an academic revolution** a report prepared for the UNESCO 2009 World Conference on Higher Education. Paris: UNESCO, 2009. Disponível em: <http://www.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?catno=183168&set=005BC4C797_3_307&gp=1&lin=1&ll=s>. Acesso em 12 out. 2018.
- BAPTISTA, Isabel. Para uma geografia de proximidade humana. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 11-22, 2005.
- BAPTISTA, Isabel. **Pedagogia Social, sustentabilidade e desenvolvimento humano**. Porto, Portugal: Grupo Interdisciplinar de Ética - UCP, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BURCH, Sally. Sociedade da Informação e Sociedade do Conhecimento. In: AMBROSI, Alain; PEUGEOT Valérie; PIMIENTA, Daniel (Orgs.). **Desafios das palavras: enfoques multiculturais sobre as sociedades da informação**. Caen-France: C & F Éditions, 2005, n.p.
- CAMARGO, Luiz Octávio de L. Os interstícios da hospitalidade. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. XII, n. especial, p. 42-69, 2015.
- CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa Institucional de Internacionalização – CAPES – PrInt**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/programa-institucional-de-internacionalizacao-capes-print>>. Acesso em 30 set. 2018.
- CASTRO, Alda A.; CABRAL NETO, Antônio. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, Portugal, n. 21, p. 69-96, 2012.

CONTEL, Fábio B.; LIMA, Manolita C. Aspectos da internacionalização do ensino superior: origem e destino dos estudantes estrangeiros no mundo atual. **INTERNEXT – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 167-193, 2007.

DUFOURMANTELLE, Anne. **Anne Dufourmantelle Convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. Tradução de Antônio Romane. São Paulo: Escuta, 2003.

GACEL-AVILA, Jocelyne. The internationalisation of higher education: a paradigm for global citizenry. **Journal of Studies in International Education**, New York. v. 9, n. 2, p. 121-136, 2005.

GUIMARÃES, Orlineya M. A globalização do conhecimento: uma análise da mobilidade estudantil internacional dos estudantes da UNESP – Campus de Franca. **Revista CAMINE: Caminhos da Educação**, Franca, SP, v. 5, n. 2, p. 147-158, 2013.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Editora Civilização, 2002.

KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes**. São Paulo: Edipro, 2003.

KANT, Immanuel. **Lecciones de ética**. Barcelona, Espanha: Crítica, 2002.

KNIGHT, Jane. Cinco verdades a respeito da internacionalização. **Revista Ensino Superior UNICAMP**. Campinas, SP, 06 nov. 2012. n.p.

LEVINAS, Emmanuel. **Ética e infinito**. 3. ed. Reimp. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2015.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LIMA, Manolita C.; MARANHÃO, Carolina M. S. de A. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. Avaliação - **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, SP, v. 14, n. 3, p. 583-610, 2009.

LUCE, Maria B.; FAGUNDES, Caterine V.; MEDIEL, Olga G. Internacionalização da educação superior: a dimensão intercultural e o suporte institucional na avaliação da mobilidade acadêmica. Avaliação - **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, SP, v. 21, n. 2, p. 317-339, 2016.

MAFFESOLI, Michel. **Sobre o nomadismo**. São Paulo: Record, 2001.

MARRARA, T. Internacionalização da Pós-Graduação: objetivos, formas e avaliação. **Revista de Pós-Graduação**, v. 4, n. 8, p. 245-262, 2007.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 8. ed. Traduzido por Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Savaya. São Paulo: Cortez, 2003.

MOULIN, Carolina. Eppur si Muove: Mobilidade Humana, Cidadania e Globalização. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 9-17, 2011.

NÓBREGA, Maria H. da. Intercâmbios educacionais e diversidade cultural: implicações para o ensino de português para falantes de outras línguas. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, MG, v.14, n. 1, p. 61-81, 2014.

NOGUERO, Félix T. La hospitalidad como condición necesaria para el desarrollo local. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. X, n. 2, p. 161-212, 2013.

PERAZZOLO, Olga A.; SANTOS, Marcia M. C. dos; FERREIRA, Luciane T. Turismo e o acolhimento do desejo na construção da hospitalidade. In: **SEMINÁRIO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO**, 13., 2016, São Paulo. Anais do Seminário da ANPTUR - 2016. São Paulo: ANPTUR, 2016. p. 1-12.

PERAZZOLO, Olga A.; PEREIRA, Siloe; SANTOS, Marcia. M. C. dos. Sincronia e simetria: proposições tipológicas para o acolhimento. In: **Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, 11., 2014, Fortaleza, CE. Anais do Seminário da ANPTUR - 2014. Fortaleza, CE: ANPTUR, 2014.

PERAZZOLO, Olga A.; SANTOS, Marcia. M. C. dos; PEREIRA, Siloe. Dimensión relacional de la acogida. **Estudios y perspectivas em turismo**, Cidade Autônoma de Buenos Aires, Argentina, v. 22, n. 1, p. 138-153, 2013.

PEREIRA, Elisabete M. de A.; HEINZLE, Márcia R. S.; PINTO, Marialva M. Internacionalização na educação superior e mobilidade estudantil: o vai e vem de jovens acadêmicos. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, RS, v. 24, n. 1, p. 35-49, 2017.

RIFKIN, Jeremy. **A Era do Acesso**. São Paulo: Pearson, 2000.

SAKATA, Marici C. G.; BACCEGA, Maria A.; ALVES, Sandra R. P.; RICCIO, Edson L. A globalização do sistema de ensino superior: o “mercado” educacional. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, Florianópolis, SC, v. 2, n. 1, p. 25-40, 2009.

SANTOS, Boaventura de S., ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A universidade do século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009.

SANTOS, Marcia M. C. dos; PERAZZOLO, Olga A.; PEREIRA, Siloe. Hospitality and social ties: na interdisciplinar reflexive journey for a psychology of hospitality. In: LASHLEY, Conrad (ed.). **The routledge Handbook of Hospitality studies**. London; New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2017, p. 121-132.

SANTOS, M. M. C. dos. A metáfora laços sociais e a hospitalidade. In: SANTOS, Marcia M. C. dos; BAPTISTA, Isabel (Orgs.). **Laços Sociais: por uma epistemologia da hospitalidade**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2014, p. 13-17.

SANTOS, M. M. C. dos; Perazzolo, O. A. A hospitalidade numa perspectiva coletiva: O Corpo Coletivo Acolhedor. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 6, n. 1, 2012, p. 3-15.

SANTOS, M. M. C. dos; PERAZZOLO, Olga A.; FERREIRA L. T. Dádiva e antidádiva: reflexões sobre aceitação e rejeição. In: BRUSADIN, Leandro B. (Org.). **Hospitalidade e dádiva: a alma dos lugares e a cultura do acolhimento**. Curitiba, PR: Prismas, 2017, p. 83-98.

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Tradução de Loureano Pelegrin. São Paulo: Edusc, 1999.

SILVA, M. F. da; CAMARGO, L. O. L.; BUENO, M. S. A produção de teses e dissertações sobre centros culturais. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v.8, n. 1, 2014, p. 78-98.

TAKAHASHI, Tadao (org.). **Sociedade da Informação no Brasil: livro verde**. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

UCS. Universidade de Caxias do Sul. **Programa de Hospitalidade (versão 2011)**. Caxias do Sul, RS: Universidade de Caxias do Sul, 2011. 44 p. (Projeto Institucional)

UNESCO. **Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura. Global Flow of Tertiary-level Students**. Montreal, Canadá: UNESCO Institute for Statistics, 2018. Disponível em: <<http://uis.unesco.org/en/uis-student-flow>>. Acesso em: 30 set. 2018.

VENTURA, Deisy. Mobilidade humana e saúde global. **Revista USP**, n. 107, p. 55-64, 2015.

Artigo recebido em: 29/10/2018

Avaliado em: Janeiro/2019

Aprovado em: 05/02/2019